



A educação para o desenvolvimento sustentável no ensino superior: um diálogo com a literatura

La educación para el desarrollo sustentable en la educación superior: un diálogo con la literatura

Education for sustainable development in higher education: a dialogue with the literature

Jardelino Menegat¹

Julia Capalonga Franco²

Resumo: As enchentes que arrasaram o Rio Grande do Sul, queimadas e a seca em outras regiões demonstram a importância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). O objetivo do artigo consiste em apresentar uma pesquisa do tipo estado da arte sobre a EDS no Ensino Superior. De cunho qualitativo, emergiram dois temas de análise: a) possibilidades da EDS no Ensino Superior: campanhas de sensibilização da comunidade; uso da extensão universitária para a EDS; trabalho em rede, tanto institucional, como interinstitucional, trabalhos e projetos interdisciplinares, estabelecimento de indicadores para a aplicação dos ODS e o uso de *Civic Techs* para sensibilização e compartilhamento de informações úteis; b) limites da EDS no Ensino Superior: falta de conscientização e sensibilização da sociedade em geral; a fragilidade do trabalho em rede, porque já existem experiências importantes, porém falta articulação (inter)institucional; maior apoio governamental; insuficiente formação docente e melhor uso da Plataforma da Agenda 2030.

Palavras-chave: Crise climática. Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Cuidado com a Casa Comum. Educação ambiental.

Abstract: The floods that devastated Rio Grande do Sul, fires and drought in other regions demonstrate the importance of Education for Sustainable Development (ESD). The aim of this article is to present state-of-the-art research on ESD in Higher Education. From a qualitative perspective, two themes of analysis emerged: a) possibilities of ESD in Higher Education: awareness campaigns for the community in general; use of university extension for ESD; networking, both institutional and interinstitutional, interdisciplinary work and projects, establishment of indicators for the application of the SDGs and the use of *Civic Techs* to raise awareness and share useful information; b) limits of ESD in Higher Education: lack of awareness and sensitization of society in general; the fragility of networking, because there are already important experiences, but there is a lack of (inter)institutional articulation; greater government support; insufficient teacher training and better use of the 2030 Agenda Platform.

Keywords: Climate crisis. Education for Sustainable Development. Caring for our Common Home. Environmental education.

¹ Doutor em Educação. Universidade La Salle. <https://orcid.org/0000-0003-4003-8882>. E-mail: jardelino.menegat@unilasalle.edu.br

² Mestranda em Educação na Universidade La Salle, bolsista Capes/Prosuc. <https://orcid.org/0009-0009-1190-296X>. E-mail: julia.franco@unilasalle.edu.br



Resumen: Las inundaciones que devastaron Rio Grande do Sul, incendios y sequía en otras regiones demuestran la importancia de la Educación para el Desarrollo Sostenible (EDS). El objetivo del artículo es presentar una investigación del tipo estado del arte sobre EDS en la Educación Superior. De carácter cualitativo, emergieron dos temas de análisis: a) posibilidades de la EDS en la Educación Superior: campañas de sensibilización a la comunidad; uso de extensión universitaria para EDS; trabajo en red, institucional e interinstitucional, trabajos y proyectos interdisciplinarios, establecimiento de indicadores para la aplicación de los ODS y uso de *Civic Techs* para sensibilizar y compartir información útil; b) límites de la EDS en la Educación Superior: falta de concientización y sensibilización de la sociedad; fragilidad del trabajo en red, porque ya hay experiencias importantes, pero falta articulación (inter)institucional; mayor apoyo gubernamental; insuficiente formación docente y mejor uso de la Plataforma de la Agenda 2030.

Palabras-clave: Crisis climática. Educación para el Desarrollo Sostenible. Cuidado con la Casa Común. Educación ambiental.

Submetido 14/03/2024

Aceito 28/08/2024

Publicado 09/09/2024



Primeiras palavras

Durante o mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul viveu uma das catástrofes climáticas mais chocantes de sua história, que causou fortes chuvas e inundações que arrasaram o estado, deixando um elevado número de vítimas fatais e desabrigados. Por esta razão o Senado Federal reconheceu o “estado de calamidade pública” (Brasil, 2024), por meio do Decreto Legislativo nº 236, de 7 de maio de 2024 no estado, até o período de 31 de dezembro de 2024. Esta normativa foi reiterada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, por meio do decreto 57.600, de 4 de maio de 2024.

Para ilustrar, no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, foi promulgado o decreto nº. 176, de 6 de maio de 2024, declarando situação anormal, classificando o desastre em nível III e decretando novas ações em resposta à calamidade. O referido decreto também esclareceu, no inciso V, que 52% do município ficou submerso pelas enchentes, situação que afetou 80 mil domicílios e 180 mil habitantes do município (RS, 2024).

Com isso, as escolas municipais de Educação Básica de Canoas foram afetadas, direta e indiretamente. Destas, 23 escolas municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e 18 escolas municipais de Educação Infantil (EMEIs) ficaram submersas. Num cenário geral, dados da Prefeitura de Canoas/RS mostram que 41 das 83 escolas municipais foram diretamente afetadas. Assim, as EMEFs que não foram atingidas tiveram seus espaços ocupados para abrigar pessoas que perderam suas casas e seus animais, deixando de atender 32.658 alunos.

Já no mês de agosto de 2024, em outras regiões do Brasil, as queimadas, após um longo período de seca, foram motivo de grande preocupação. De acordo com dados da agência Climatempo³, o aumento dos focos de incêndios cresceu de 2023 a 2024, especialmente nos seguintes estados: Mato Grosso, com um aumento de 329.593 focos; Pará, com um aumento de 221.402 focos; e Amazonas, com um aumento de 196.558 focos. Além de grande impacto à biodiversidade, os incêndios comprometem a qualidade do ar, impactando na saúde de todos os seres vivos, bem como o funcionamento dos aeroportos pela fumaça. Ainda de acordo com a Agência Climatempo, “a análise comparativa entre 2023 e 2024, juntamente com o impacto da estiagem prolongada e a análise do mapa de seca, evidencia a urgência de medidas coordenadas para combater as queimadas e mitigar os efeitos da seca no Brasil”⁴.

³ Fonte: <https://www.climatempo.com.br/> Acesso em 29.08.2024.

⁴ Fonte: <https://www.climatempo.com.br/noticia/2024/08/28/balanco-das-queimadas-em-agosto-comparativo-entre-2023-e-2024-6181>. Acesso em 29.08.2024.

Diante desse contexto, acreditamos que a educação para o desenvolvimento sustentável precisa merecer a atenção da sociedade em geral e fazer-se presente na pauta de todos níveis e modalidades da educação. A partir desse entendimento, o objetivo do presente artigo consiste em apresentar uma pesquisa do tipo estado da arte sobre a temática da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior. O recorte pelo Ensino Superior deve-se a que a pesquisa faz parte de um estudo maior, em nível de Mestrado, que se dedica a essa temática. De cunho qualitativo, o estudo contou dois temas de análise (Bardin, 2016), a saber: possibilidades da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior e limites da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior.

No que diz respeito à arquitetura do artigo, após a presente introdução, constam os procedimentos metodológicos, seguidos do referencial teórico. Na sequência, apresentamos a análise e discussão dos dados, seguida das considerações finais, que denominamos como últimas palavras. Por fim, estão as referências que embasaram o estudo.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, a qual Gil (2008) define como aquela que não utiliza dados estatísticos em sua análise. Quanto à sua natureza, é básica, pois aprofunda o conhecimento em um determinado campo de estudo. No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa tem cunho exploratório, buscando maior familiaridade com o problema. Quanto aos procedimentos e técnicas, trata-se de uma pesquisa do tipo estado da arte, sobre a qual Romanowski e Ens (2006, p. 41) explicam: “Um estado da arte pode constituir-se em levantamentos do que se conhece sobre determinada área, desenvolvimento de protótipos de análises de pesquisas, avaliação da situação da produção do conhecimento da área focalizada”. No caso da presente pesquisa, houve a busca de artigos científicos, dissertações e teses. Os artigos foram coletados na plataforma Google acadêmico⁵, por seu viés científico; e as dissertações e teses, no Repositório de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁶ – órgão responsável, junto ao Ministério da Educação, pela regulação da Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil -, já que o intuito foi acessar trabalhos de programas de pós-graduação brasileiros. Os critérios de inclusão

⁵ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

⁶ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

foram: publicações entre 2016 e 2024, idioma português e estar disponível na íntegra. O período de 2016 a 2024 foi pensado por ser um ano após o lançamento da *Encíclica Laudato Si'* (LS nº 139, 2015), um documento potente, no qual o Papa Francisco conclamou a todas as nações para direcionarem esforços ao cuidado com a Casa Comum. Os descritores constam no Quadro 01, na sequência, bem como as plataformas de busca, o período e o respectivo número de registros encontrados.

Quadro 1 – Descritores, plataformas, período e resultados da busca

Descritores	Plataforma	Período da busca	Número de registros
"Educação Para o Desenvolvimento Sustentável"	Repositório de Teses e Dissertações da Capes	2018-2024	51
	Google Acadêmico	2018-2024	4.260
"Agenda 2030"	Repositório de Teses e Dissertações da Capes	2018-2024	405
	Google Acadêmico	2018-2024	49.800
"Objetivos do Desenvolvimento Sustentável"	Repositório de Teses e Dissertações da Capes	2018-2024	536
	Google Acadêmico	2018-2024	15.100
"ODS Nas Instituições de Ensino Superior"	Repositório de Teses e Dissertações da Capes	2018-2024	1
	Google Acadêmico	2018-2024	15

Fonte: Elaborado pelos autores com base na busca realizada (2024).

A análise de conteúdo seguiu as orientações de Bardin (2016) e contou dois temas de análise, a saber: possibilidades da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior e limites da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior. De acordo com a autora, os temas de análise são uma das possibilidades de categorização e capturam as grandes áreas de interesse da pesquisa, auxiliando o pesquisador a “aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples” (Bardin, 2016, p. 153). Esses temas partem de categorias relacionadas que apontam para um mesmo fenômeno ou conceito.

Ainda segundo Bardin (2016, p. 95), as etapas da análise de conteúdo se concentram em torno da: “1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. A autora enfatiza que a análise de conteúdo não é apenas um processo de quantificação de dados textuais, mas também um método interpretativo que permite compreender o significado por trás dos dados.

Dessa forma, após uma primeira leitura dos títulos e, num segundo momento, a leitura atenta dos resumos, o *corpus* investigativo foi composto por seis artigos, duas teses e três dissertações, tendo como critério a aderência à temática do estudo. Neste sentido, Ferreira (2020, p. 270) explica que, ao realizarmos uma pesquisa do tipo estado da arte "Cada resumo, mais do que ligado àqueles que o antecedem e o sucedem, traz no interior de si mesmo vozes de outros enunciados".

Referencial Teórico

A calamidade decretada no Rio Grande do Sul é um reflexo dos desafios que o Brasil e o mundo enfrentam no contexto das mudanças climáticas e do desenvolvimento insustentável. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) “é um mecanismo político-pedagógico para inserir a sustentabilidade no âmbito de desenvolvimento” (Branco; Linard; Sousa, 2011, p. 26) e “é um conceito integrativo (integra educação, saúde, trabalho, ciências etc.) e interativo” (Gadotti, 2008, p. 39). No Ensino Superior, este conceito emerge como uma estratégia essencial para preparar a próxima geração de profissionais a enfrentarem desafios com competência, inovação e responsabilidade social, possibilitando a criação de soluções que venham a contribuir para um futuro mais resiliente e sustentável.

A compreensão torna-se mais profunda quando analisada à luz do paradigma da responsabilidade social e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), conforme discutido por Barbieri (2020) em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: das Origens à Agenda 2030*. Para o autor, a responsabilidade social vai além do cumprimento das obrigações legais, implicando um compromisso ético e voluntário de organizações e indivíduos com a sustentabilidade e o bem-estar coletivo.

Considerando a necessidade de cuidado com o meio ambiente quanto às mudanças climáticas, a Agenda 2030 surgiu como um plano global para propiciar o desenvolvimento

sustentável, estabelecendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷⁸ que abrangem áreas essenciais como a erradicação da pobreza, garantia de saúde e educação, a preservação dos recursos naturais e enfrentamento das mudanças climáticas.

A importância do cuidado com o meio ambiente fomentou a escrita do Papa Francisco sobre a nossa Casa Comum em sua encíclica *Laudato Si'*. Diz o Papa: “Quando falamos de meio ambiente, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida.” (LS nº 139, 2015, p. 108 - tradução nossa). Francisco reforça o que João Paulo II escreveu em sua encíclica *Centesimus Annus* sobre a “natureza como um dom de Deus e a necessidade de os seres humanos cooperarem com Ele” (CA 37, 1991, p. 30).

Gadotti (2008) traz em seu livro o termo “*ecopedagogia*” e explica “é uma pedagogia centrada na vida: considera as pessoas, as culturas, os modos de viver, o respeito à identidade e à diversidade” e cita um trecho dos últimos escritos de Paulo Freire (2000, p.66-7), “A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador. (Gadotti, 2008, p.15)

Nesse cenário, a EDS no Ensino Superior é essencial para formar profissionais que estejam cientes de seu papel social e preparados para enfrentar desafios complexos, como as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul, as queimadas e a seca nas regiões do Norte e Nordeste, e outras, de maneira integrada e sustentável. Assim podemos refletir junto ao trecho que remete à meta 4.7 dos ODS no documento da UNESCO intitulado *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem*:

Com o seu objetivo geral de desenvolver competências de sustentabilidade transversais nos educandos, a EDS oferece um apoio essencial a todos os esforços para atingir os ODS, permitindo que indivíduos contribuam para o desenvolvimento sustentável por meio da promoção da mudança social, econômica e política, bem como pela transformação do próprio comportamento (UNESCO, 2017, p.8).

⁷ Inicialmente se pensou em realizar também uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mas os resultados eram os mesmos do Repositório de Teses e Dissertações da Capes.

⁸ Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) de acordo com a UNESCO é fundamental para capacitar as pessoas a fazer escolhas informadas e a agir de forma responsável em relação ao meio ambiente, à economia e à sociedade. Definida como um processo educacional que permite aos indivíduos desenvolver os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para contribuir para um futuro sustentável, a EDS é necessária em todos os níveis educacionais, contudo, no Ensino Superior sua função torna-se ainda mais relevante, já que também visa promover valores e atitudes sustentáveis nos futuros profissionais.

No que se refere ao desenvolvimento de competências estas podem ser entendidas como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2017, p.8). Problemas complexos relacionados ao desenvolvimento sustentável, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, pobreza e desigualdade precisam ser enfrentados e, nesse sentido, o Ensino pode colaborar. Isso inclui o pensamento crítico, a resolução de problemas, a tomada de decisões colaborativas e a capacidade de agir de forma proativa.

Ao promover valores que incentivem o respeito pelo meio ambiente e pelos direitos humanos, a justiça social e a equidade, também se está valorizando a participação cidadã na construção de um futuro sustentável, promovendo o engajamento em ações comunitárias, políticas e empresariais que favoreçam o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2017).

A UNESCO considera a EDS essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, as práticas interdisciplinares têm a capacidade de potencializar a integração do desenvolvimento sustentável em todas as disciplinas, tornando-se parte essencial do currículo educacional e da vida cotidiana dos estudantes (Thiesen, 2008).

Um documento muito relevante para a conscientização ambiental e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é o Pacto Educativo Global (Papa Francisco, 2019). Lançado em 12 de setembro de 2019, trata-se de um “convite ao diálogo sobre a forma como estamos construindo o futuro do planeta e sobre a necessidade de investir nos talentos de todos”. A partir de sete princípios norteadores, o documento chama a atenção para uma nova lógica

universal, de uma sociedade mais solidária e acolhedora, preocupada com a conservação da nossa Casa Comum, que é como o Papa chama o Planeta Terra.

Os princípios norteadores do Pacto Educativo Global são: Colocar a pessoa no centro; Ouvir as gerações mais novas; Promover a mulher; Responsabilizar a família; Se abrir à acolhida; Renovar a economia e a política; Cuidar da Casa Comum. Neste artigo, chamamos a atenção para três desses princípios: a valorização da pessoa humana, a necessidade de repensarmos nossa relação com a economia e com a política, e o cuidado com o meio ambiente.

No que diz respeito ao primeiro princípio, trata-se de colocar o ser humano no “centro de cada processo educativo, realçar a sua especificidade e a sua capacidade de estar relacionado com os outros, contra a cultura do descartável” (Papa Francisco, 2019, p. 9). Esta compreensão de que o estudante precisa estar no centro do processo educativo tem sido levantada desde que compreendemos que a aprendizagem não acontece como algo automático a partir do ensino, ou seja, trata-se de um processo interno, individual e, justamente por isso, cada estudante precisa ser considerado em suas especificidades e necessidades (Jung, 2023).

O princípio relacionado à renovação da economia e da política nos convida a pensar e “Estudar novas formas de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso, ao serviço do homem e de toda a família humana na perspectiva de uma ecologia integral” (Papa Francisco, 2019, p. 9). Neste sentido, a conscientização sobre o que o como consumimos, a forma correta de descartar o que consumimos, bem como as formas de produção, são fundamentais. O documento convida a educação a incentivar:

[...] o estudo e investigação sobre economia, política, crescimento e progresso com ideias inovadoras e inclusivas, revisão de currículos e planos de estudo. Propor uma educação integral ao serviço dos valores de participação, de democracia, de política, de justiça, de igualdade, de fraternidade e de paz. Reorientar os projetos de formação da sua instituição/organização em favor da formação de pessoas disponíveis para servir a comunidade.

Como podemos perceber, o Pacto Educativo Global está alinhado com a ideia de uma educação inovadora, aplicada a contextos e baseada na resolução de problemas. Essa postura demanda também do Ensino Superior um esforço no sentido de (re)alinhar seus documentos institucionais para uma formação pautada na sustentabilidade, na criatividade, na resolução de problemas e na economia solidária.

O princípio que se refere ao Cuidado com a Casa Comum está diretamente relacionado à conscientização sobre estilo de vida com consumo consciente dos bens não-renováveis e em uma relação respeitosa com o meio ambiente. Como sugestão aos educadores e educadoras, o Papa Francisco coloca:

Incentivar atividades na sua organização em defesa do ambiente; Desenvolver um cuidado para a casa comum e refinar a capacidade de levar o coração à beleza face às maravilhas da criação; Facilitar a conversão em energias renováveis para o sustento energético da sua instituição/organização; Criar espaços verdes nos seus centros educativos proporcionalmente ao número de membros da sua instituição/organização (Papa Francisco, 2019, p. 16).

Especificamente à universidade, o Papa Francisco (2019) manda um recado importante: a universidade precisa é defender a dignidade e os direitos da pessoa humana, colocar a tecnologia a serviço do bem comum e do meio ambiente, assumir uma postura de alinhamento para paz e não de neutralidade, ser um espaço inter-religioso e intercultural. Por fim, faz um convite para que as experiências e os resultados alcançados possam ser partilhados de forma on-line com outras instituições e/ou organizações, formando uma grande rede de boas práticas em prol da EDS.

Este último princípio está diretamente relacionado com a Encíclica *Laudato Si'*. A carta enfatiza a necessidade de uma educação que promova uma mudança de mentalidade e comportamento em relação ao meio ambiente. Segundo o Papa Francisco, a educação ambiental deve ir além da simples informação sobre questões ecológicas; ela deve inspirar um novo estilo de vida que valorize a simplicidade, o cuidado com os recursos e a solidariedade com as futuras gerações (*LS* n° 139, 2015).

Análise e discussão dos resultados

Como já explicitado no tópico relacionado aos procedimentos metodológicos do presente estudo, o *corpus investigativo* para a análise temática foi composto por seis artigos, três teses e quatro dissertações, tendo como critério a aderência à temática do estudo. Dessa forma, procederemos em um primeiro momento à análise dos artigos e, na sequência, ao exame detalhado das teses e dissertações. O quadro 02, na sequência, apresenta os artigos selecionados. Após essa primeira análise procedemos à categorização dos temas.

Quadro 02: Artigos selecionados para análise

Autor (es)	Título	Ano	Periódico
MENDES, Guida.	Educação e desenvolvimento: um embrião nas práticas pedagógicas participativas	2023	Educação e desenvolvimento comunitário, p. 161-170
PINHABE, Isadora Sonogo; CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre.	Comunicação e educação para o desenvolvimento sustentável: a articulação entre a graduação na Unesp e a Agenda 2030	2022	Organicom, v. 19, n. 39, p. 32-47
GADOTTI, Moacir.	Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.	2008	acervo.paulofreire.org
NOVICKI, Victor	Educação para o desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis?	2009	Linhas Críticas [online]. 2009, vol.15, n.29, pp.215-232.
BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; DE ALENCAR LINARD, Zoraia Úrsula Silva; DE SOUSA, Ana Carolina Braga	Educação para o desenvolvimento sustentável e educação ambiental.	2011	Conexões - Ciência E Tecnologia, 5(1), 25-31.
LENZI, Livia Aparecida Ferreira; GOMES, Marcos Aurelio.	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e extensão universitária: ações desenvolvidas no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas	2022	Revista Eletrônica Extensão em Debate, [S. l.], v. 12, n. 15, 2023.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no mapeamento realizado (2024).

Guida (2023) descreve uma experiência de projeto de extensão realizado em uma Universidade portuguesa, com estudantes do curso de Licenciatura em Educação Básica, dos segundos e terceiros semestres. A autora relata que, em um primeiro momento, não havia interesse dos acadêmicos pelo desenvolvimento de temáticas relacionadas ao meio ambiente, contudo, após um trabalho de sensibilização, percebeu que esta temática foi a mais escolhida. Dessa forma, explica que:

[...] o facto de termos abordado, curricularmente, a questão do Desenvolvimento Sustentável e os seus objetivos globais, aprofundando, dos 17 objetivos para proteger o planeta das alterações climáticas e tornar o mundo mais seguro, equilibrado e mais justo, o 4.º objetivo “Educação de Qualidade” e a respectiva consecução para o atingir, contribuiu indubitavelmente para as escolhas temáticas dos projetos de ação pedagógica evidenciados nos e-portfólios de aprendizagem e avaliação dos estudantes (Guida, 2023, p. 166-167).

No artigo de Pinhabe, Cabral e Galvão (2022), os autores apresentam um estudo realizado a partir do exame dos planos de ensino dos cursos de graduação (vigentes em 2019) da Universidade Estadual Paulista. Além disso, enviaram um questionário a 154 docentes da Instituição de Ensino Superior (IES) e receberam 53 retornos. O objetivo foi verificar se havia um alinhamento dos cursos com a Agenda 2030. Os resultados indicaram que os docentes e gestores ainda realizam trabalhos de forma individual, “com predominância da pesquisa individual e baixa adesão a coletivos e movimentos articulados com os temas dos ODS” (Pinhabe, Cabral e Galvão, 2022, p. 44). Segundo os autores, ainda é necessária uma mudança organizacional no sentido de maior trabalho em rede e propostas interdisciplinares.

Gadotti (2008) traz elementos relevantes da Pedagogia da Terra, inspirado em Paulo Freire. Trata-se do desenvolvimento de uma consciência ecológico-planetária, de vida em rede, que considera a Terra como nossa primeira educadora e que valoriza todos os seres vivos, sejam eles humanos ou não. Segundo explica, “A crise atual é uma crise de paradigmas civilizatórios. Educar para um outro mundo possível supõe um novo paradigma, um paradigma holístico” (Gadotti, 2008, p. 108).

Novicki (2009), ao analisar as concepções de educação das conferências internacionais de Estocolmo (1972), Rio (1992) e Joanesburgo (2002), identificou as categorias “consciência e participação como dimensões da práxis e indicadoras de uma Educação Ambiental emancipadora” (Novicki, 2009, p. 2015). Dessa forma, o autor acredita que cabe a todos nós buscar a preservação do meio ambiente e repensar a produção e o consumo de mercadorias, contudo, nem sempre os órgãos governamentais estão alinhados com essa necessidade.

Branco, Linard e Sousa (2011) trazem a interdisciplinaridade como um instrumento para a concretização de propostas relacionadas à educação para o desenvolvimento sustentável. Os autores defendem que “a problemática ambiental contemporânea deve ser estudada de forma interdisciplinar, pois uma disciplina específica não consegue explicar fenômenos em sua totalidade sem recorrer às demais áreas do conhecimento” (Branco, Linard e Sousa, 2011, p.

28-29). Uma das dificuldades que apontam neste sentido é a falta de uma formação docente voltada às práticas interdisciplinares, o que dificulta a compreensão do estudante e do próprio docente de forma integral sobre a questão ambiental.

Lenzi e Gomes (2023) realizaram uma pesquisa nas ações de extensão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em busca de nexos entre as ações de extensão e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, fizeram um estudo documental a partir dos Projetos Pedagógicos, Relatórios da Pró-reitoria de Extensão, entre outros documentos. Como resultado, encontraram que “dos projetos analisados, todos apresentaram uma inter-relação precisa e inexorável com os ODS: 3, 4 e 11” (Lenzi e Gomes, 2023, p. 4). Os autores salientam a relevância dos projetos de extensão enquanto estratégia de aproximação com a comunidade, especialmente grupos menos favorecidos. Apontam que atividades extensionistas favorecem a interdisciplinaridade e a troca entre docentes, discentes e a comunidade.

Como anunciado, no quadro 03 apresentamos as teses e dissertações mapeadas que possuem aderência à temática da presente pesquisa.

Quadro 03: Teses e Dissertações selecionadas para análise

Autor	Título/Instituição/Área de concentração	Nível	Ano
GRIEBELER, Juliane Sapper	Indicadores para avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em instituições de ensino superior (IES)	Mestrado	2019
BASTOS, Alexandre Marucci	Dossiê DEDS (2005 a 2014) – A década da educação para o desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise pela perspectiva estratégica	Doutorado	2016
SANT’ANNA, Valéria Tavares	Sustentabilidade: Civic Tech, formação da cidadania global e instituições eficazes – Agenda 2030 da ONU	Mestrado	2023
COLOMBO, Fabiola Müller.	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a interação com as Instituições Comunitárias De Ensino Superior (ICES)	Mestrado	2021
RODRIGUES, Acacio Ponciano	A Agenda 2030: transparência e opacidade dos/nos discursos para a globalização	Doutorado	2019

Fonte: Elaborado pelos autores com base no mapeamento realizado (2024).

A dissertação de Griebeler (2019) propõe uma série de 61 indicadores para avaliar a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Instituições de Ensino

Superior (IES). A partir de questionário enviado a especialistas na área, a pesquisadora acredita que eles são suficientes para avaliar como as IES têm contribuído para o desenvolvimento dos ODS.

A tese de Bastos (2016) teve como objetivo elaborar um dossiê sobre o percurso histórico da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS): 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014. Segundo foi apurado com a pesquisa, o movimento passou praticamente despercebido no Brasil, tanto que não constou de meta presente no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e nem se fez presente em outros documentos.

A dissertação de Sant’Anna (2023) culminou com o desenvolvimento de uma *Civic Technology* voltada à formação da cidadania global através de ações afirmativas com foco no Brasil, por meio do exercício efetivo da cidadania. As *Civic Techs* consistem em softwares comunicacionais do governo com os cidadãos como, por exemplo, os alertas de riscos climáticos, estações meteorológicas, painéis de controle, entre outros. No caso da autora da pesquisa e desenvolvedora do produto, a *Civic Tech* se chamou “ENTE - Eu no Tu, Tu no Nós, Nós no Eu”, fica disponível *online* e sua proposta de ação se estabelece a partir da Agenda 2030. A plataforma está à espera de mais parcerias, já que, segundo explica Sant’Anna (2023, p. 42), “para exercer esta cidadania ativa se faz necessário uma educação para a autonomia, libertadora”.

A dissertação de Colombo (2021, p. 6) avaliou a interação entre os ODS e as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), “buscando entender como elas podem contribuir com a concretização da Agenda 2030 e como os ODS podem beneficiar o desenvolvimento dessas Instituições e suas regiões”. Para tanto, enviou um questionário a 49 ICES, analisando também documentos institucionais. Como resultados, a pesquisa constatou que as ICES são potencialmente férteis para a execução da Agenda 2030, atuando em rede. Contudo, também identificou “falhas de comunicação e de articulação entre as Instituições, associações e Redes, além de outros desafios que dificultam o engajamento local nos ODS” (Sant’Anna, 2021, p. 6).

A tese de Rodrigues (2019) analisou a Plataforma da Agenda 2030 na busca por compreender como se dá o seu funcionamento discursivo. Os resultados mostraram que, “[...] enquanto cartilha digital da Agenda 2030, funciona entre outras instâncias, apagando, quase sempre, a espessura política daquilo que se ensina e divulga” (Rodrigues, 2019, p. 9). Dessa forma, o autor considera que a educação cumpre um papel de estruturação dos discursos jurídico

e religioso no que diz respeito ao meio ambiente, o que acredita ser elementar para que as pessoas mudem sua conduta mediante o Planeta, agindo com mais responsabilidade na sua conservação.

Tema Possibilidades da educação para o desenvolvimento sustentável no Ensino Superior

Uma das possibilidades apontadas pelos autores (Guida, 2013; Gadotti, 2008) consiste num trabalho abrangente de sensibilização de toda a comunidade, mas especialmente acadêmicos do Ensino Superior, para a urgência da questão ambiental. A *Pedagogia da Terra* (Gadotti, 2008) para a geração de uma educação para uma vida sustentável, bem como a *Laudato Si* (LS nº 139, 2015), alertam para o cuidado com a Casa Comum e trazem a necessidade de considerar a Terra como a nossa primeira fonte de conhecimento e repensar o consumo exacerbado dos recursos renováveis e não renováveis e seus descartes. Essa necessidade é reforçada no Pacto Educativo Global (2019). Diante disso, compreendemos que, com um trabalho de sensibilização que seja abrangente e eficiente, é possível aumentar o interesse dos acadêmicos por temáticas ambientais. Isso sugere que há um potencial para a EDS ganhar relevância nas instituições de ensino, desde que seja promovida de maneira eficaz.

A partir da sensibilização citada, os autores apresentam a extensão universitária como campo fértil para projetos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável (Guida, 2023; Lenzi e Gomes (2023). Neste sentido, a Encíclica *Laudato Si'* aponta a universidade como um ambiente privilegiado para a educação ecológica, onde se pode promover uma verdadeira conversão ecológica entre as novas gerações. O Papa destaca que as instituições educativas têm a responsabilidade de integrar os princípios de uma ecologia integral em seus currículos e práticas diárias, ajudando a moldar cidadãos comprometidos com o cuidado do meio ambiente (LS nº 139, 2015). Acreditamos que a Universidade não pode furta-se a integrar as questões ambientais aos seus projetos, principalmente em uma época em que entendemos que a aprendizagem precisa ser direcionada a contextos.

Outra possibilidade para desenvolvimento da EDS no Ensino Superior apontada pelos autores é o trabalho em rede, tanto de forma institucional (Pinhabe, Cabral e Galvão, 2022), como interinstitucional (Colombo, 2021). Neste sentido, tanto projetos de gestão conjunta, como de recuperação de espaços públicos, entre outros, como também de práticas interdisciplinares são apontados como relevantes. De acordo com Branco, Linard e Sousa

(2011); e Lenzi e Gomes (2023) a interdisciplinaridade se apresenta como possibilidade de uma compreensão mais profunda dos fenômenos e problemas complexos que têm se apresentado, como as recentes catástrofes ambientais. O Pacto Educativo Global estabelece que o trabalho em rede é um caminho que “oferece a oportunidade de criar projetos educacionais inovadores e criativos que valorizem as culturas locais, construam pontes intergeracionais e cuidem das periferias ambientais e existenciais” (Papa Francisco, 2019, p. 22). Como podemos perceber, o caminho da união de esforços é aquele que poderá trazer melhores resultados, além de dar a conhecer aos nossos estudantes outros contextos, culturas e realidades, seja em nível nacional e/ou internacional.

Griebeler (2019) propõe outra possibilidade: um monitoramento da aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Instituições de Ensino Superior (IES), a partir de indicadores por ela criados, prática que poderia auxiliar na melhor eficácia das ações. A partir de um monitoramento sistemático, seria possível verificar como melhorar, além de buscar conhecer, junto a outras instituições, como os indicadores são tratados. Dessa forma, se estaria corroborando para a citada cooperação em rede.

Sant’Anna (2023) defende o uso da tecnologia para uma maior conscientização dos cidadãos e cita as *Civic Techs* como uma possibilidade. Como diz o Papa Francisco (2019, p. 29), “o mundo virtual, por um lado, permite o acesso a cada ângulo do planeta, enquanto, por outro, tende a contribuir à globalização da indiferença que lentamente nos faz habituar ao sofrimento do outro, fechando-nos em nós mesmos”. Nessa perspectiva, compreendemos que a relevância do uso da tecnologia tem uma dupla dimensão, ou seja, ela cumpre um papel fundamental na busca de soluções criativas e inovadoras para os problemas ambientais e sua prevenção; por outro lado, o uso ético, responsável e crítico desse recurso nunca foi tão urgente, evitando a disseminação de *fake news*, a exposição desnecessária de pessoas, entre outras questões contextuais.

Tema Limites da educação para o desenvolvimento sustentável no Ensino Superior

No que diz respeito às limitações da EDS no Ensino Superior, os autores Guida (2023) e Sant’Anna sinalizam que ainda falta uma conscientização sobre a relevância da temática, seja por parte de acadêmicos, os quais precisam ser trabalhados neste sentido, bem como de toda a sociedade. Essa sensibilização é também apontada por Gadotti (2008, p. 13-14), quando o autor

escreve sobre o conceito que ajudou a construir: o da “ecopedagogia (inicialmente chamada de pedagogia do desenvolvimento sustentável), como pedagogia apropriada à Carta da Terra, à educação ambiental”. Trata-se, pois, de educar para a sustentabilidade ambiental.

Outra limitação apontada é que, mesmo sendo identificadas algumas ações e projetos em rede, a maioria dos docentes e gestores ainda realizam trabalhos de forma individual (Pinhabe, Cabral e Galvão, 2022). Da mesma forma, Colombo (2021) entende que, interinstitucionalmente também ainda há falhas de comunicação internas e de articulação entre as IES. Segundo os autores, se o estabelecimento de redes internas e externas fosse mais eficiente, os projetos também teriam melhores resultados. Talvez aqui esteja também a questão da sensibilização, ou seja, se mais pessoas estivessem cientes da necessidade e urgência da temática ambiental, provavelmente a pauta seria mais frequente e tratada com maior regularidade e compromisso.

Por outro lado, Novicki, 2009 diz que nem sempre os órgãos governamentais estão alinhados com a necessidade de conscientizarmos para o consumo consciente e a produção responsável, já que os interesses do capital podem acabar sobrepujando essa conscientização. Bastos (2016), na mesma linha, entende que a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) é um movimento que passou praticamente despercebido no Brasil, tanto que não constou de meta presente no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Assim, em tempos de discussões para um novo PNE, a temática da Educação para o Desenvolvimento Sustentável não pode deixar de ser uma pauta importante para, quem sabe, constar como uma das metas para o PNE 2026-2036.

Por fim, a frágil formação docente voltada para as práticas interdisciplinares foi apontada por Branco, Linard e Sousa (2011). Nessa perspectiva, Thiesen (2008) explica que, para que temas complexos possam ser melhor compreendidos pelos estudantes, a interdisciplinaridade se faz essencial. Exemplo disso estamos vendo em Porto Alegre, onde está sendo necessária uma força-tarefa interdisciplinar para buscar soluções relacionadas aos problemas causados pelas enchentes, seja na área da engenharia, com medidas de contenção contra novas catástrofes, seja na busca de devolver a saúde mental às famílias atingidas. Pinhabe, Cabral e Galvão (2022) acreditam que poderíamos fazer melhor uso da plataforma da Agenda 2030, o que poderia ser tema das formações docentes e das próprias Universidades.

Últimas palavras

O tema da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (UDS) tornou-se urgente e necessário, mais do que nunca, tendo-se em vista os últimos acontecimentos relacionados ao clima. Na esteira das palavras do Papa Francisco, que considera as Universidades como referência para a constituição de uma Comunidade Educativa Global, não podemos furtar-nos a essa importante tarefa. A partir dessa compreensão, o presente artigo buscou apresentar uma revisão de literatura sobre os limites e as possibilidades da EDS no Ensino Superior.

De forma geral, percebemos que os autores insistem na importância de campanhas de sensibilização da comunidade em geral; uso da extensão universitária para a EDS; trabalho em rede, tanto institucional, como interinstitucional, trabalhos e projetos interdisciplinares, estabelecimento de indicadores para a aplicação dos ODS e o uso de *Civic Techs* para sensibilização e compartilhamento de informações úteis.

Sobre as limitações, os autores dos trabalhos mapeados foram unânimes em reconhecer que precisamos de maior conscientização e sensibilização; é necessário fortalecer o trabalho em rede, porque já existem experiências importantes, porém falta articulação (inter)institucional; o apoio governamental precisa ser incrementado; a formação docente, tanto inicial, como continuada, precisa contemplar de forma mais profunda a interdisciplinaridade; a partir de todos os recursos tecnológicos dos quais dispomos, precisamos fazer melhor uso da Plataforma da Agenda 2030.

Podemos concluir, a partir dos apontamentos dos autores consultados que, apesar de termos todos os recursos disponíveis e informações sobre como e quando trabalhar a EDS no Ensino Superior, nos falta consciência ecológica para colocar em prática, de forma mais intensa, todas as possibilidades. Por isso, o debate precisa ser pauta de todos e de todas nós, docentes, discentes, sociedade e órgãos governamentais, para que, de fato, tenhamos uma Pedagogia da Terra (Gadotti, 2008). Como estudos futuros, vislumbramos uma pesquisa que possa levantar dados empíricos de boas práticas entre as universidades relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável.



Referências

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Alexandre Marucci. **Dossiê DEDS (2005 a 2014): a década da educação para o desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise pela perspectiva estratégica**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara, 2016.

BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; LINARD, Zoraia Úrsula Silva de Alencar; SOUSA, Ana Carolina Braga de. Educação para o desenvolvimento sustentável e educação ambiental. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, p. 25-31, 2011.

BRASIL. **PDL 236, de 07 de maio de 2024**. Dispõe sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro deste ano. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CACHAPUZ, A. F. et al. **A necessária renovação do ensino de ciências**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, L. M. de; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T de. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 set. 2009

COLOMBO, Fabíola. **Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da agenda 2030 e a interação com as instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp. 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. — (Série Unifreire; 2)



GRIEBELER, Juliane Sapper. **Indicadores Para Avaliação Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (Ods) Em Instituições De Ensino Superior (IES)**'. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Fundação Universidade De Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, 2019.

JUNG, Hildegard Susana. **Formação e prática docente: implicações sobre o ensino e a aprendizagem**. Canoas, RS: Editora Unilasalle, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/3528>

LENZI, Livia Aparecida Ferreira; GOMES, Marcos Aurelio. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e extensão universitária: ações desenvolvidas no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas. **Revista Eletrônica Extensão em Debate**, Alagoas, [S. l.], v. 12, n. 15, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/16231/11046>

MENDES, Guida. Educação e desenvolvimento: um embrião nas práticas pedagógicas participativas. 2023. In: RODRIGUES, Liliana; SOUSA, Jesus Maria (Org.) **Educação e desenvolvimento comunitário**. Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira (CIE-UMa), Portugal: Editora Imprensa Académica, 2023. p. 161-170

NOVICKI, Victor. Educação para o desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis?. **Linhas Críticas** [online], Brasília, vol.15, n.29, 2009, p.215-232.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.

PABLO II, J. U. A. N. **Centesimus annus**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1991.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si'**. Rio de Janeiro: Loyola, 2015. - https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf

PAPA FRANCISCO. **Pacto Educativo Global**. Vaticano, 2019. Disponível em <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf>

PINHABE, Isadora Sonogo; CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre. **Comunicação e educação para o desenvolvimento sustentável: a articulação entre a graduação na Unesp e a Agenda 2030**. 2022. *Organicom*, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 32-47.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 176 de 6 de maio de 2024**, Estado de Calamidade Pública nas regiões atingidas do município. Canoas, RS: Diário Oficial de Canoas, 2024.

RODRIGUES, Acacio Ponciano. **A Agenda 2030: Transparência e Opacidade dos/nos Discursos para a Globalização**. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS, Pouso Alegre/MG, 2019.



ROMANOWSKI, Joana Paulin e ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, [S.l.], v. 6, n. 19, p. p. 37-50, jul. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>

SANT’ANNA, VALERIA TAVARES DE SANT. **Sustentabilidade: Civic Tech, formação da cidadania global e instituições eficazes – Agenda 2030 da ONU**¹. Tese (Doutorado em Ciências da Conservação e Sustentabilidade). Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro - PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2023.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.13, n. 39, set./ dez. 2008, p. 545-554. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Unesco, 2017.